



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Astride Barzotto, Leoné

A tradução literária tecendo sua própria história

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 29, núm. 1, 2007, pp. 41-50

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324783006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A tradução literária tecendo sua própria história

Leoné Astride Barzotto

Centro Universitário de Maringá, Av. Guedner, 1610, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: leone@cesumar.br

RESUMO. Tendo por base um referencial teórico da tradução literária sob a perspectiva cultural, o presente estudo visa investigar a tradução literária como ‘parceira’ dos estudos culturais e da literatura pós-colonial, abordando, em maior tom, a questão da identidade cultural e de que forma a mesma tem sido constituída e estudada dentro do campo da tradução literária construída como conhecimento científico ao longo dos anos.

Palavras-chave: tradução literária, cultura, identidade.

ABSTRACT. The literary translation building its own history. Being in touch with a theoretical framework of literary translation based on a cultural perspective, the present essay aims at investigating literary translation as a ‘partner’ of cultural studies and post-colonial literature, giving a special focus on the cultural identity assumption and to what extent it has been fulfilled and studied within the field of literary translation built as scientific knowledge through the years.

Key words: literary translation, culture, identity.

Introdução

A tradução é um palimpsesto – cada nova tradução apaga traduções anteriores e produz sua própria interpretação do original. É impossível julgar qual é a melhor, ou se há melhor (Arrojo, 1986).

A tradução literária há muito tempo contribui para o desenvolvimento de literaturas e línguas de vários países, inclusive como oportunidade de alargar o conhecimento do homem em direção a aspectos bem distintos. Além do mais, um mundo globalizado exige cada vez mais pessoas capacitadas na área de tradução, com habilidade de valorizar o contexto histórico, social e cultural do trabalho que fazem. Contudo, sua importância e atividade ficaram relegadas às outras disciplinas, como a Lingüística ou a Literatura Comparada, causando certa dependência e, até mesmo, privando a Tradução Literária de seguir o seu próprio caminho. Todavia, tal situação parece estar finalmente acontecendo, visto que tal área do saber já consta como disciplina acadêmica em muitas universidades e em muitos países, do ocidente ao oriente.

Há algum tempo, especialistas em tradução técnica afirmavam que a Lingüística seria o campo mais adequado para o trabalho da tradução, ao passo que os estudiosos da área literária defendiam que a Literatura Comparada deveria ser a responsável por tal atividade quando se tratava de textos literários a se traduzir. E, assim, a polêmica prosseguiu por muitas décadas, cada qual defendendo sua área de

conhecimento e criticando a do outro. Ao final do século XX, depois de muitas pesquisas e publicações, parece que finalmente surgiu o bom senso entre essas linhas do saber e a certeza de que a Tradução Literária deveria ter realmente seu próprio espaço devido às características peculiares que apresenta, as quais serão analisadas e relatadas a seguir.

A tradução literária¹ apresentou, então, uma nova perspectiva de estudo diante das mudanças culturais do mundo moderno, como na literatura pós-colonial e na importância da TL para uma nação recém-independente e também para a consolidação da própria literatura e da identidade nacional. Assim, a TL encontra no texto literário o caminho para desenvolver-se e conquistar o próprio espaço de âmbito intelectual, ligando-se ao choque de culturas presente e inerente ao encontro de diferentes línguas. Tal fator é evidenciado em um encontro cultural e enfatizado por autores como Susan Bassnett e André Lefevere, com o que denominam ‘virada cultural’, ou seja, isto é um aspecto dentro dos estudos literários em que a preocupação não é mais com a tradução técnica e literal, palavra por palavra a ser analisada, mas com todo o aspecto sociocultural que envolve as culturas (fonte e alvo) e que deve ser altamente considerado em um processo tradutório, abordando-se as sociedades e os indivíduos que as constituem (Bassnett, 1980, *passim*).

Mona Baker (1999, p. 15-35, *passim*) faz uma

¹ A partir desse parágrafo usar-se-á a sigla TL para o termo Tradução Literária.

análise entre a lingüística e os estudos culturais que abriram caminho para os estudos da tradução e conclui que, mesmo ocorrendo evolução na lingüística, não houve por parte dos lingüistas uma abordagem maior com relação ao estilo e à beleza do texto e às ideologias que ele apresenta. Igualmente, concorda que os estudos culturais desempenham melhor tarefa nesse sentido, o que faz surgir um novo paradigma de exame para os estudos tradutórios.

Durante os anos 90, à medida que a tradução emerge como disciplina autônoma, dois paradigmas bastante diferentes parecem orientar as pesquisas. De um lado, identifica-se uma abordagem que pode ser denominada, genericamente, lingüística textual, em que conceitos de equivalência fundamentam-se na classificação de tipologias e funções textuais. De outro, observa-se uma abordagem que costuma ser denominada, genericamente, estudos culturais, cuja preocupação básica consiste em examinar o modo como os valores, ideologias e instituições resultam em práticas diferentes em momentos históricos distintos. [...] é provável que os estudos culturais dominem as pesquisas sobre tradução nos Estados Unidos. Aparentemente, nenhuma outra abordagem está despertando tanto interesse, a ponto de atrair estudiosos de disciplinas que, até agora, tinham ignorado a tradução - apesar da sua importância política e cultural americana (Venuti *apud* Baker, 1999, p. 18).

Pode-se, assim, considerar a TL como uma espécie de vertente dos estudos culturais, uma vez que visualiza a pluralidade e a diferença, enfatiza formas não-canônicas de escritura e mostra grande interesse pela questão da identidade dos grupos, cujos textos são traduzidos sob um viés não-elitista e político. Portanto, esclarece Baker (1999, p. 22):

Os estudos da tradução associados ao paradigma dos estudos culturais diferem daqueles que também priorizam o ambiente cultural, principalmente pelo fato de terem uma pauta política definida, seja esta relacionada a questões de gênero, raça, colonialismo, pós-colonialismo, estratégias editoriais ou resistência à perda da especificidade cultural do texto-fonte.

A atividade da TL consiste em traduzir não somente línguas, mas também culturas, e pode pôr em xeque a validade do poder hegemônico cultural, gerando forças de resistência ou, até mesmo, de revide. Desta forma, pode servir como uma estratégia de denúncia e de combate às mais diversas formas de opressão, deixando vir à tona a função social e humanizadora da literatura.

Não obstante, conclui Baker (1999, p. 30), revelando que “não há a necessidade de colocar diversas disciplinas em posições antagônicas”, pois cada uma deve desempenhar seu papel da melhor

forma possível, já que é uma utopia pretender responder a todas as perguntas advindas de um processo intercultural e tradutório.

Relevantes percursos da tradução literária

A atividade de tradução parece ter começado de forma lenta e isolada, desprendida da interdisciplinaridade e do decorrer histórico, permitindo a progressiva assimilação dos valores culturais hegemônicos de cada época.

Em seus primórdios, a partir do século IX, as traduções eram feitas em mosteiros europeus (Alemanha, Bélgica, França e Suíça), com o intuito de ‘copiar’ autores gregos, pelo uso do latim, e, por outro lado, autores latinos eram traduzidos para o latim vulgar. Deste modo, formava-se a base de toda a literatura medieval. A Antigüidade Clássica transforma-se, então, no maior modelo de inspiração.

No século XV, Alighieri, Petrарca e Boccaccio foram largamente copiados e imitados, transformando a literatura européia, que via nos clássicos greco-latinos o ideal de perfeição literária. Boccaccio foi o mais traduzido e seu *Decamerone* era encontrado em catalão (1429), alemão (1472), francês (1485), espanhol (1496), holandês (1564) e inglês (1620).

Ainda no século XV, Geoffrey Chaucer, poeta inglês, torna-se o ‘europeizador’ da Inglaterra com suas ‘traduções’ que viriam a fundir o estilo germânico ao italiano, comum na literatura inglesa, amalgamando modos estrangeiros e modos ingleses (Carpeaux *apud* Wyler, 1999, p. 98). A Inglaterra vivia na época de Chaucer sob a influência lingüística latina e francesa e, quando Chaucer decide escrever em inglês, tal fato simboliza o restabelecimento do inglês como língua oficial (Delisle e Woodsworth, 1995, p. 40). Para Chaucer, a tradução consistia em “arar velhos campos para cultivar uma nova colheita” (*apud* Delisle e Woodsworth, 1995, p. 3). Portanto, desde o início desta atividade textual, torna-se clara a preocupação dos tradutores com o aprimoramento da língua e das literaturas nacionais.

Nesse período, não havia problema algum com a questão da autoria de uma obra ou de um texto, pois se copiava, imitava-se, adaptava-se ou transformava-se um texto totalmente, sem a mínima referência autoral, como se o ‘tradutor/imitador’ fosse realmente o ‘dono’ do texto. Dessa maneira, ocorreu que muitos tradutores vieram a ser mais famosos que os próprios autores. De acordo com Delisle e Woodsworth, (1995, p. 80) “[...] os tradutores religiosos defendiam a tradução literal, liderados por São Jerônimo e Boécio”, em que a única preocupação era, simplesmente, transmitir a

informação intelectual. Por outro lado, os tradutores literários interessavam-se pela criação de novas formas, como Chaucer, imitando e deslocando idéias, usando e abusando do viés poético que o texto fonte poderia inspirar. Na história da TL, a admiração pelo texto original sempre esteve vinculada à idéia de recriá-lo, de se fazer algo diferente a partir dele; o texto de partida seria uma espécie de válvula propulsora para a inspiração sem limites deste poeta/tradutor. Porém, de uma forma ou de outra, os tradutores contribuíram para a formação das literaturas nacionais e, muitas vezes, colaboraram para o estabelecimento de um grupo social, em luta, determinar-se como uma nação.

Tais características impulsionavam a cultura-alvo em uma nova direção já que os países recém-formados tinham a urgência de construir a própria história, resgatar e afirmar sua cultura e identidade, visto que a literatura é um dos melhores campos para fomentar tal processo por envolver a sociedade como um todo, uma vez que abrange seus aspectos social, cultural, histórico e político. A luta de independência da Irlanda caracteriza-se por tais assertivas, pois usa a estratégia da tradução literária como ‘arma’ antiimperial para buscar não somente a independência, mas também para livrar-se da colonização cultural. Even-Zohar *apud* Delisle e Woodsworth (1995, p. 93) menciona que:

[...] o papel gerador e recriador da tradução no processo de emergência de uma literatura nacional tornou-se um tema familiar para os intelectuais irlandeses preocupados com a independência cultural do seu país, que viam na tradução um meio de fortalecer a língua-meta debilitada, tornando-a outra vez funcional como meio de expressão literária.

Alguns fatores contribuíram para o fortalecimento da atividade tradutória no Renascimento e para a formação dessas nações, como: a descoberta da imprensa e a difusão da palavra impressa; o enaltecimento da erudição greco-latina; a conquista dos novos mundos e a ‘necessidade’ de divulgação da Bíblia em línguas nacionais.

William Shakespeare é o grande destaque da Renascença. Como poucos, soube utilizar a oralidade para transformá-la em literatura, fazendo uso de histórias adormecidas no folclore inglês para construir suas tragédias e comédias. *Plutarch's Lives*, de Sir Thomas North (uma tradução), ditou as bases de suas tragédias romanas. *Júlio César*, *Tito Andrônico*, *Antônio e Cleópatra* e *Coriolano* e muitas comédias foram inspiradas em peças de teatro menores, já esquecidas (Milton, 1993, p. 21). Seus temas universais de amor, ódio, traição e poder

influenciaram escritores de todas as partes, principalmente na França, onde houve apropriação total das obras shakespearianas. Por conseguinte, estas obras eram representadas por Alfred de Vigny, tradutor e imitador de *Othello*, constituindo-se em um simulacro puro da inspiração dramática. Vitor Hugo parece ter sido mais crítico, pois suspeitava acerca das traduções porque viveu em um período em que elas eram feitas com base em textos cada vez mais adaptados às preferências do público-alvo. Tal situação parece ter ocorrido com maior freqüência em peças teatrais e, algumas vezes, quando o tradutor tentava conciliar o tradicional/original ao inovador/tradução; porém, acabava criando um texto incapaz de ser classificado.

Diante deste panorama, a preocupação autoral só começou a se efetivar a partir do século XVII, quando o tradutor tem um papel público a desenvolver e busca, então, profissionalizar-se. Neste período, o tradutor considera a obra e o autor originais com mais ênfase e respeito para garantir a semelhança entre os textos em línguas de partida e de chegada.

Em *Escândalos da Tradução* (2002, *passim*), Lawrence Venuti aborda a questão da autoria, pois a mesma era comumente definida, nos primórdios dos estudos da tradução, como originalidade. Em princípio, a tradução ficaria atrelada ao conceito de imitação desse suposto texto primeiro, sendo considerada por vezes uma afronta ao conceito predominante de erudição, vinculada à autoria original e, raramente, considerada uma forma de erudição literária.

Contudo, quando o texto-fonte é traduzido com qualidade por um tradutor experiente e competente, que se faz visível em seu trabalho, sem aculturar ou domesticar outras culturas e seus sujeitos, esse texto, ao ser traduzido, passa a ser um novo texto, com a mesma história; mas com nova originalidade, a da TL. O maior temor a respeito da tradução é a possibilidade de erros ou escândalos que ela possa desenvolver; não obstante, mais uma vez esse problema paira sob o talento do tradutor, ocorrendo casos em que a tradução da obra literária se torna mais atraente ou até mesmo mais interessante que a ‘original’, exercendo maior fascínio sobre o leitor.

Portanto, um texto literário nunca pode simplesmente expressar o significado pretendido pelo autor num estilo pessoal. O texto, ao contrário, coloca em funcionamento as formas coletivas nas quais o autor pode, de fato, ter um investimento psicológico, mas que, por sua própria natureza, despersonalizam e desestabilizam o significado (Venuti, 2002, p. 25).

Com a ascensão da burguesia, aos poucos a tradução invade outras áreas do saber, indo da filosofia à medicina, buscando o crescimento das ciências no ocidente já que o mercado é propício para a tradução na Europa devido ao maior consumo da classe média que se estabelece.

A TL contribuiu, em muito, para a formação da literatura nacional inglesa e da própria língua, com incorporação e melhoria do vocabulário. Contudo, no Brasil e em outras ex-colônias europeias o mesmo não ocorreu porque houve a total substituição da língua e da cultura, como imposição do poder hegemônico, sendo uma espécie de ‘recorte cultural’ que retardou e prejudicou a ascensão dessas literaturas.

Por 300 anos os brasileiros foram proibidos de importar e imprimir livros se não fosse via Portugal. Nesse período, houve o domínio da cultura francesa em nosso território, propagada pela Companhia de Jesus, composta de jesuítas de formação francesa que exerceram o monopólio da educação brasileira até 1759 (Wyler, 1999, p. 99). Tal situação ficou mais evidente com a vinda da corte portuguesa, em 1808, para o Brasil, patrocinando missões artísticas, literárias, científicas, militares e religiosas de origem francesa, inclusive ocupando a direção de estabelecimentos de ensino. Dessa maneira, a França colonizou o Brasil por idéias, tornando-se cultura de modismo entre os intelectuais e florescendo ainda mais na *Belle Époque*, quando a maioria dos brasileiros desejava se ‘afrancesar’, deglutiindo valores externos sem questioná-los. Até mesmo o Rio de Janeiro fora reformulado visando à arquitetura parisiense; as brasileiras de cá literalmente copiavam o estilo de vestir das francesas de lá, o que foi muito criticado nos contos de Lima Barreto, já que o estilo europeu da época em nada combinava com a mulher brasileira. Também Machado de Assis, de forma nacionalista, defende a estratégia das *belles infidèles*, estilo tradutório em que se evita o estrangeirismo e se valoriza a cultura local; portanto, a língua de chegada.

Depois da Primeira Guerra Mundial, a importação cultural francesa entra em declínio e, paralelamente, os Estados Unidos começam a sua ‘invasão’ econômica e cultural, atingindo o ápice do processo após a Segunda Guerra Mundial, desempenhando a função de neocolonizador até os dias de hoje. Para que isso se efetivasse, o governo norte-americano subsidiou inúmeras traduções de seu interesse, do inglês para o português, salvando a indústria editorial brasileira que na época se encontrava em péssima situação financeira. Assim, o brasileiro tornou-se um grande consumidor de

livros norte-americanos traduzidos, época em que surgem diferentes formatos de ‘clubes do livro’, fator que colaborou indiretamente para o processo de dominação cultural, uma vez que as obras eram selecionadas por norte-americanos para supostamente servir aos seus propósitos (Wyler, 1999, p. 101-103, passim).

O período *Augustan*

De acordo com John Milton (1993), o período *Augustan* compreende o fim do século XVII e o século XVIII e se refere à tradução de poetas ingleses.

Em tal período surge a idéia de ‘espírito’ na TL, ou seja, os tradutores de poesia poderiam transformar um autor clássico em autor contemporâneo, usando uma linguagem mais natural e menos rebuscada, mas que revelasse toda a profundidade greco-latina e que mantivesse o ideário da Antigüidade em uma espécie de transporte temporal poético de idéias, mas com a modificação e a atualização escrita. William Guthrie (1708-1770), ao traduzir Cícero, acreditava que se ele morasse na Inglaterra falaria como membro do parlamento e, por isso, resolveu assistir às reuniões na Câmara dos Comuns por três anos para saber como Cícero se expressaria para ser capaz de traduzir o autor romano (Milton, 1993, passim).

Com a intenção de revitalizar a cultura nacional, os *Augustan* idealizaram, mais do que nunca, os modelos da Antigüidade Clássica. John Dryden, um dos maiores tradutores dessa época, estipula três formas tradutórias: metáfrase (tradução de palavra por palavra, literal); paráfrase (sentido ampliado, mas não alterado) e imitação (tradução livre). Dryden *apud* Milton (1993, p. 28-29, passim) defende que o mais importante é que o poeta seja mestre em ambas as línguas com as quais trabalha, acreditando que o tradutor pode melhorar o texto original, definindo que “uma coisa é traçar os perfis verdadeiros, as características semelhantes, as proporções, as cores talvez toleráveis, e outra coisa é fazer com que tudo isso seja encantador através da postura, das sombras, e principalmente através do espírito que o todo inspira”. Para tal, é preciso que o tradutor tenha empatia pelo texto e pelo autor que traduz porque, acima de tudo, necessita agradar seu público leitor para garantir sua atividade.

Outro tradutor muito importante da época *Augustan* é Alexander Pope (1688-1744), que define o espírito como ‘a chama do poema’, apelando ao bom gosto na tradução. Pope aconselhava tradutores, argumentando que a paráfrase deveria ser evitada a qualquer custo e que se admitiria a inclusão de

expressões da língua traduzida, fator comum na atualidade, uma vez que ele não fazia da língua inglesa uma exclusividade, como o fazia Dryden. Pope reforçava a exatidão na tradução, mas não de forma servil e sim para manter o ‘espírito do autor’.

Essay on the Principles of Translation (1790), de Alexander Fraser Tytler, foi a primeira obra em língua inglesa destinada à análise da arte da tradução, no século XVIII. Inicialmente, esta obra estabelece três leis de tradução para a época: 1- a tradução como transcrição completa da obra original; 2- o estilo de escrita com mesmo caráter do original; 3- uma tradução que deveria parecer original na língua traduzida e não uma tradução declarada. Tais ‘leis’ ainda estão em voga no presente, juntamente com uma idéia de contribuição por parte do tradutor; acreditando-se que é possível contribuir, desde que com cautela, para não se afastar demasiadamente do texto original. Tytler *apud* Milton (1993, p. 35) afirma:

Entendo ser o dever de um tradutor de poesia nunca diminuir o seu original. Ele deve manter uma perpétua disputa com o gênio; deve acompanhá-lo em seus vôos mais altos, se puder, além do seu autor; e quando perceber, a qualquer momento, uma diminuição em suas forças, quando vir uma asa se curvar, deve erguê-lo em suas próprias asas (grifo meu).

Os tradutores *Augustan* recomendavam um elo forte entre o original e o tradutor, que precisava adotar a alma do próprio autor, garantindo o espírito do texto. Se ocorressem omissões ou acréscimos, tudo deveria ser feito em nome da qualidade da tradução porque, conforme acreditavam eles, cada língua tem sua característica e a tradução deveria ser regida pelo ‘gênio’ do original. Mesmo assim, os *Augustan* não consideravam o original como algo sagrado e não acreditavam haver a obrigatoriedade na forma contemporânea do inglês, privilegiando sempre a questão do bom gosto para agradar ao leitor, pauta comum aos *Augustan*, que atribuíram um caráter comercial ao período para manter a vida luxuosa de alguns poetas e tradutores da época. Tal período marca a TL porque estabelece a tradução como uma profissão e por isso os tradutores, mesmo com suas adaptações, não defendiam a total liberdade na tradução e iam construindo lentamente as proposições que regem a TL hoje em dia.

Les Belles Infidèles

O conceito de *Belles Infidèles* diz respeito ao apogeu da tradução francesa no século XVII, quando os tradutores alteravam demasiadamente seus textos de forma a garantir clareza, beleza e harmonia, tornando-se ‘belas traduções, mas infiéis’, o que

parece mascarar um tom pejorativo e machista por se tratar de uma analogia às mulheres, principalmente as francesas, consideradas muito belas em todo o mundo. Insinuação à parte, é sabido que *les belles infidèles* fugiam demais do texto original, mudando até mesmo a idéia central em defesa do culto ao belo, à apologia da elegância. Nicolas D’Ablancourt foi seu mais forte expoente, sendo um tradutor extremamente preocupado com a forma, o ritmo, a rima e os adornos textuais para produzir um efeito estilístico raro, dotado de indistinta beleza, como se tal artifício proporcionasse a mais absoluta felicidade, não só ao tradutor como também ao leitor dessa tradução.

Atuantes da mais alta sociedade francesa, os tradutores sentiam-se na obrigação de ‘atenuar’ termos e ‘civilizar’ o texto original advindo da Antigüidade Clássica. Dessa forma, estupros, adultérios, práticas sexuais e atitudes bizarras seriam eufemizadas em uma espécie de ‘contribuição social para manter a ordem e os bons costumes’. Além dessas mudanças explícitas, D’Ablancourt também costumava acrescentar certo moralismo às suas adaptações e a tradução lhe servia, então, como um manual de etiquetas. Apesar de tudo, teve boa recepção: “Os eruditos consideravam as traduções livres de D’Ablancourt não como uma traição, mas como um serviço que ele lhes prestava” (Milton, 1993, p. 52). A erudição era uma busca constante e a tradução literal era desprezada como se aniquilasse o ‘espírito’ do autor e encobrisse a sua eloquência, não permitindo o aspecto divino da tradução que almejavam.

Os alemães usaram a tradução para colaborar na formação da língua e das literaturas nacionais. No entanto, na Alemanha a preferência era por uma tradução mais literal, sem ‘fugir’ do autor, pois se entendia que o processo tradutório tem muito a ensinar. Humboldt *apud* Milton (1993, p. 54) considera “a tradução como uma maneira de proporcionar ao indivíduo experiências com as quais ele nunca teria contato”. Nesse contexto, o tradutor é mais bem-visto e admirado, sem haver a degradação de seu trabalho uma vez que colabora para o processo de conhecimento de sua nação e acontece, às vezes, de exaltar mais o trabalho do tradutor que o de próprio autor. Wolfgang von Goethe chega a estipular três tipos de tradução: a-uma simples e prosaica; b- criar uma obra a partir da tradução, imitação ou paródia; e, por fim, c- deixar o texto idêntico ao original, com a manutenção de certa estranheza, o que para os alemães seria, esta última, a tradução sublime e ideal. Porém, sabe-se na

contemporaneidade que esse não é o tipo mais indicado.

A essa altura percebe-se, então, que os alemães se contrapunham diretamente ao ideário francês de tradução. Para os franceses, a beleza poética só poderia ser encontrada em uma tradução mais livre e inspiradora, ao passo que para os alemães a beleza se encontrava na maior proximidade e semelhança com o texto original, ou seja, quanto mais literal, melhor. Todos esses fatores realmente importam para que a história da TL seja estabelecida e registrada, traçando as marcas de constituição dessa disciplina acadêmica com o fim de reforçar sua importância e suas contribuições ao longo da história do conhecimento humano.

No Brasil, Augusto e Haroldo Campos muito acrescentaram aos estudos da tradução e à sua constituição e 'independência' enquanto disciplina. Os irmãos Campos enfatizavam o caráter político na tradução, sofrendo fortes influências de Benjamim, com a idéia da língua-fonte sobre a língua-alvo; de Jakobson, em traduzir a forma da língua-fonte na língua-alvo; e de Pound, tendo o tradutor como um recriador. Outros nomes brasileiros importantes podem ser citados no campo da tradução, como José Paulo Paes, Silva Ramos, Geir Campos, Jamil Almansur, Ledo Ivo, entre outros. Haroldo de Campos e Silviano Santiago criam o conceito de tradução antropofágica, ou seja, após a 'deglutição' do texto original ocorreria a tradução por meio de marcas distintivas nacionais.

Como Pound, a tendência contemporânea é de que a voz do tradutor seja ouvida e seu trabalho evidenciado. Mas toda essa análise ainda se detinha no limiar da poesia, porque atualmente o campo da TL, em relação aos romances, dramas e textos maiores vem aumentando gradativamente e, assim, a teoria da TL pode se aprofundar e crescer mais nesse espaço que proficuamente colabora às pesquisas científicas. Além do mais, a característica socioantropológica está fortemente aliada à TL após a institucionalização dos estudos culturais na Inglaterra com a escola de Birmingham visto que, a partir de então, há a possibilidade de se expandir, investigar e questionar o valor da TL enquanto formadora de pensamento crítico acerca de uma nação e de seus sujeitos.

Tanto os estudos da tradução quanto os estudos literários por muito tempo negligenciaram o papel e a importância da tradução do texto literário. Na poesia, muitos consideravam um ultraje a sua tradução porque, se assim fosse, haveria a 'morte' da poética. Considerada uma atividade inferior, era incapaz de resgatar a 'alma' ou o 'espírito' do texto

literário, como já mencionado. Para alguns tradutores, a tradução só teria validade se não alterasse em nada o original, como se dessa forma fosse ilusoriamente possível 'construir' um autor medieval ou renascentista em pleno século XX, devendo ser totalmente invisível o trabalho do tradutor; premissa esta raramente aceita atualmente. Arrojo (1986, p. 31) repensa o literário e afirma que:

A literatura seria, portanto, uma categoria convencional criada por uma decisão comunitária. [...] O que será, em qualquer época, reconhecido como literatura é resultado de uma decisão, consciente ou não, da comunidade cultural sobre o que será considerado 'literário'.

Tal assertiva permite, ainda, levantar a questão do cânone porque, dentro dessa justificativa, pode-se encontrar a categorização do texto canônico enquanto convenção comunitária e temporal, podendo ser ou não revisitado e redescoberto no futuro, mas que enquanto cânone estabelecido dita as regras de valor ao texto literário mundial. Dentro da perspectiva de tradução de um texto literário, há de se levar em conta a interpretação que se constrói a partir dele, sendo que essa etapa pode diferenciar o que é prosaico do poético, dando qualidade e validade ao texto literário. Arrojo (1986, *passim*) também discute a questão da fidelidade mencionando Pierre Menard como um tipo de tradutor que se julga extremamente fiel, a ponto de inviabilizar a própria tradução, uma vez que é impossível evitar o contato do tradutor com o texto, suas inferências sociais, históricas, culturais e todo o restante.

Nesse momento, é salutar lembrar a definição de palimpsesto ao texto literário, presente na abertura deste estudo, pois cada vez que o texto é traduzido, uma 'nova' leitura e interpretação passam a ser feitas e, assim, uma 'nova' tradução, supostamente afastada das anteriores, mas com o mesmo núcleo de direcionamento de idéias. Naturalmente, quanto mais se traduz mais idéias podem surgir e serem acrescentadas àquelas que, no curso da atividade, foram elaboradas. Por conseguinte, o texto literário é semelhante ao palimpsesto (manuscrito antigo; pergaminho que registra escritas anteriores), já que a cada nova versão acrescenta-se um pouco mais e revela-se o que já foi traduzido nas versões anteriores, como uma espécie de revisita constante da mesma obra.

Seria uma utopia pensar que o autor do texto original poderia ser 'resgatado' de forma íntegra, já que a interpretação que se faz dele é individual e produto da mente do leitor, afastada temporal e culturalmente do autor. Sendo assim, o autor é aquilo que se pensa ou se

quer que ele seja, mas isso não é garantia alguma de que o conceito sobre esse autor seja completamente verdadeiro. Dessa maneira, como sugere Arrojo (1986, p. 41), “nossa leitura ou tradução expressa *nossa visão* do autor e de suas intenções”, levando em conta a história de cada um, as experiências, o conhecimento e um leque de informações pessoais que certamente diferenciarão essa visão.

Em *Escândalos da Tradução* (2002, p. 26-27), Venuti explana ainda que o inglês é a língua mais traduzida, mas para a qual menos se traduz. Ressalva o aspecto da heterogeneidade do texto traduzido porque o simples fato de um texto-fonte partir da sua cultura de origem e atingir outra cultura alvo já resulta na impossibilidade de ele ser homogêneo, pois esse é um processo de constante variação e diferentes contatos. Assim, a boa tradução conserva o caráter estrangeiro do texto que é estrangeiro, liberando o resíduo sem afetar a originalidade da tradução. Venuti levanta a questão do ‘resíduo’, ou seja, resquícios da língua dominada presentes na língua dominadora, porque qualquer uso da língua expressa uma relação de poder que acaba por desvelar esse procedimento. Assim sendo, “[...] se o resíduo é liberado em pontos significativos numa tradução, que é de forma geral legível, a participação do leitor só será interrompida momentaneamente” (Venuti, 2002, p. 29).

Possivelmente, a heterogeneidade e a estrangeirização da TL causem estranheza diante de sua leitura, mas acredita-se que justamente é esse o momento de maior desafio e empreendedorismo da atividade do leitor enquanto agente cultural e social, pois tem a oportunidade de crescer intelectualmente, ficando o tradutor e seu trabalho expostos de forma visível, a ponto de o leitor perceber que se trata de uma tradução e de não criar a ilusão de se tratar de uma obra original.

Contudo, a comunicação (ou mesmo a compensação) não descreve bem o remédio do tradutor, que mais parece com o ventriloquismo, uma reescrita do texto estrangeiro de acordo com as inteligibilidades e interesses domésticos (Venuti, 2002, p. 46-47).

A tradução literária em países dependentes e ex-colônias

O exemplo da Irlanda, já citado, expõe a idéia de que através da literatura traduzida para o irlandês a nação buscava ensinar e firmar a língua para efetivar a independência e, para tanto, um projeto fora criado. Os criadores de tal projeto nacional se apropriavam de textos estrangeiros e os domesticavam para que fossem lidos pelo público irlandês como original, em sua língua. Lawrence

Venuti *apud* (Delisle e Woodsworth, 1995, p. 93) chama esse processo de ‘estratégia de fluência’, ou seja, a retirada total de qualquer vestígio da língua-fonte na obra. Dessa forma, os tradutores evitavam drasticamente os anglicismos, porém poucas pessoas podiam ler em irlandês e, quando o faziam, eram capazes de ler também em inglês. A tendência era a de se traduzir autores ingleses mais conhecidos e de preferência da era vitoriana e, por conseguinte, a influência cultural inglesa prosseguia por mais um tempo na Irlanda independente, até o fortalecimento da língua e da literatura que hoje compõem essa nação.

A experiência da tradução na Irlanda, nas décadas de 1920 e 1930, revela assim as dificuldades específicas das línguas minoritárias, pondo em foco questões de influência, competência, identidade lingüística, autoridade e aceitação, as quais precisam ser levadas em conta em qualquer crônica da emergência de literaturas nacionais (Delisle e Woodsworth, 1995, p. 96).

As literaturas africanas são marcadas pela tradição oral, ou oraturas. Portanto, não possuem uma longa história de tradução, fato que começou a acontecer com a vinda dos missionários cristãos no século XIX e com a adoção do alfabeto latino. A partir de então, houve o surgimento de uma cultura baseada na forma escrita de representação. Falar em língua e literatura nacionais, no continente africano, é bem delicado porque são várias as línguas nacionais. Muitas vezes a língua do colonizador é estipulada como oficial, coexistindo com línguas nativas de igual poder; com isso, codificar uma literatura nacional fica ainda mais difícil.

Chinua Achebe, reconhecido escritor nigeriano, argumenta que é possível escrever em língua inglesa e isso se faz necessário também, mas deve ser um novo inglês, um inglês africanizado, com as marcas da experiência africana contidas nele, para que o mundo possa ‘ler’ as revelações ali guardadas. Este escritor ainda difere literaturas nacionais de étnicas, porque ele acredita que as literaturas nacionais, escritas em inglês, podem abranger todo um território, uma nação; enquanto as étnicas, em idioma nativo, alcançam somente um grupo étnico específico, em um espaço territorial menor. Outro ponto de vista surge com Richard Bjornson, em análise a respeito dos Camarões e do termo ‘literatura nacional’ que, para ele, compreende escritas em línguas africanas que revelam valores e vozes culturais de grupos distintos (Delisle e Woodsworth, 1995, p. 105-106, passim).

Um exemplo interessante de adaptação, ainda em Camarões, foi a tradução da Bíblia para o *mungaka* (atividade que levou trinta anos), feita por Adolf

Vielhauer, cuja principal estratégia de evangelização foi a de trocar elementos desconhecidos pelos nativos por elementos que faziam parte de sua natureza, como mudar ‘lobo’ para ‘leopardo’, ‘trepadeira’ ao invés de ‘vinha’ e assim por diante.

Um dos primeiros tradutores nativos dos Camarões foi Isaac Moumé Etia que, por conhecer fluentemente quatro línguas, em muito colaborou para a literatura *duala*, com seus valiosos registros populares e dicionários bilíngües. Etia objetivava perpetuar provérbios e textos *dualas* para que seus descendentes herdassem a própria história e a própria cultura, assumindo sua identidade cultural para disseminar e promover a literatura nacional tão desejada e, mais intensamente, perpetuar seu povo e suas origens. Com efeito, a TL serviu como uma estratégia perceptível para a recuperação da identidade cultural de vários povos em todo o mundo, o que será abordado a seguir.

Sobre a identidade cultural

Discute-se hoje, como nunca, a questão da identidade em meios acadêmicos e, de maneira geral, entende-se que o sujeito unificado do passado é agora fragmentado pela força da pós-modernidade e da globalização. O que deveria ser uma identidade passa a compor-se de múltiplas identidades, carregadas de diferentes ideologias. O conceito do termo ‘identidade’ é por si só, polêmico e difícil de desenvolver, não compreendendo somente os caracteres de um indivíduo, mas vai muito além, sem aceitar afirmações absolutas sobre isso ou aquilo, o que faz com que muitas vezes o sujeito contemporâneo se sinta deslocado e descentrado do próprio eu.

Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2004, p. 10), estipula três concepções de identidade para o sujeito: do sujeito do Iluminismo; do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo estaria centrado em si mesmo, individualista e unificado no próprio ser. O sujeito sociológico entenderia seu centro em relação ao centro de outras pessoas importantes para ele, interagindo com a sociedade. Já o sujeito pós-moderno apresentaria várias identidades fragmentadas e, às vezes, contraditórias. O processo dessa mudança é histórico, e, conforme a época, de caráter provisório e problemático.

A globalização veio a ser um dos maiores impactos sobre a identidade cultural, porque as sociedades se encontram em constante mudança, de forma rápida e permanente. Giddens *apud* Hall (2004, p. 15) assevera que “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das

informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter”. Os valores do passado tradicional são esquecidos ou reformulados devido às adaptações que o sujeito precisa ou é forçado a fazer para acompanhar o ritmo de mudanças sociais no grupo em que está inserido. Tais mudanças agem como um rolo compressor.

Na era da globalização ocorre um processo infinito de conexões entre diferentes partes do planeta, aumentando o ritmo de fragmentação do sujeito com as rupturas sucessivas de seus conceitos. Essa proposta do sujeito ‘interno e externo’, de caráter social interativo, é fruto do começo do século XX, com as Ciências Sociais atingindo o papel de disciplina e o indivíduo sendo posto como parte do meio social.

Descartes, pela assertiva, ‘Penso, logo existo!’, inspirou o sujeito cartesiano, ou seja, aquele ser racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, distinguindo as diferenças entre sua matéria e sua mente. Tal sujeito cartesiano encontra-se descentrado na pós-modernidade, segundo a perspectiva de Hall (2004, *passim*), autor que usa cinco explicações para esse deslocamento do sujeito na pós-modernidade, conforme tal processo foi ocorrendo ao longo da história, do homem e da sociedade. A primeira explicação postula o sujeito como centro da história econômica e da sociedade, com Marx; depois, o sujeito aparece no centro da psicanálise, com Freud e com a descoberta do inconsciente; também há o sujeito no centro da linguagem, com Ferdinand de Saussure, para quem a língua é um sistema social e não individual; somado ao sujeito no centro da filosofia, com a ‘genealogia do sujeito moderno’, de Michel Foucault, e o que ele chama de poder disciplinador da sociedade, que serve para garantir o seu controle; e, por fim, o sujeito no centro dos novos movimentos sociais, como no exemplo de Hall, o feminismo pela contestação política que fez, abrangendo outros grupos sociais marginalizados e subjugados, os quais deveriam fazer parte da mesma identidade, a humana.

O significado é inherentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis (Derrida *apud* Hall, 2004, p. 41).

No período compreendido como pós-moderno, pela

forma como é constituída essa sociedade e como se é constituído por ela, não há dúvida de que o indivíduo, sem uma identificação nacional e sem uma cultura nacional, perde seu sentido de ser, pois já que pertence a lugar nenhum, como então estruturar as bases de sua identidade? Um exemplo dessa situação acontece com os descendentes de japoneses que nascem no Brasil e trabalham por muito tempo no Japão, pois perdem a referência brasileira e, inevitavelmente, não adquirem a japonesa, pois estão subjugados aos interesses daqueles que desejam mão-de-obra bem mais barata. Por isso, para Hall (2004, p. 51), “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades”.

Renan *apud* Hall (Ibidem, p. 58) estabelece a relevância de três princípios para a unificação de uma nação: as memórias do passado; o desejo de viver em conjunto e a perpetuação da herança. Não importa o quão diferentes são os integrantes dessa suposta nação, até mesmo porque não há como haver igualitarismo nesse assunto, a cultura nacional tenta unificá-los em uma identidade cultural, como forma de representação desse grande grupo. No caso do Brasil, vários aspectos nos identificam como brasileiros diante de outras nacionalidades, como: o samba, a herança indígena e a colonial, a alegria do povo, a exuberante natureza, a culinária típica de regiões distintas, a garra do povo para ultrapassar tantas dificuldades, o famoso ‘jeitinho’, a violência em algumas metrópoles, a corrupção e tantos outros itens que nos conduzem ao que chamamos de nação brasileira e, de certa forma, delimitam a nossa identidade.

Fica implícita a suposição de que é preciso ‘pertencer’ a algum lugar para ser possível a identificação com esse espaço e com os demais membros que o ocupam, porque se o ser humano estivesse ligado ao vazio não teria como possuir um referencial de identidade, nítido em movimentos diáspóricos em todo o planeta. Quando se menciona a questão de uma nação unificada, não se pretende desenvolver o termo como uno, único ou onipotente, mas como forma de um grande sistema conseguir abranger todos os seus diversos representantes para coexistir com o mínimo de harmonia e respeito para com as diferenças na medida do possível, já que é praticamente impossível, no mundo atual, haver uma constituição única de povo, cultura ou etnia: “As nações modernas são, todas, híbridos culturais” (Hall, 2004, p. 62).

Os espaços ficaram menores e o tempo mais curto; as fronteiras hipotéticas são facilmente cruzadas, principalmente pela facilidade tecnológica de ficar interligado a todo o momento. Tais

características evidenciam o binarismo da globalização: por um lado, muitas nações enaltecem a mistura, tornando-se cada vez mais híbridas; por outro, algumas nações temem o declínio de sua típica identidade e resistem arduamente contra a fúria de deslocamento da globalização.

Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de “*Tradição*”, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou “puras”; e essas, consequentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (segundo Homi Bhabha) chama de “*Tradução*” (grifo meu) (Hall, 2004, p. 87).

Conclusão

Procurou-se demonstrar neste estudo acerca da tradução literária que a produção de culturas híbridas é inevitável no choque entre tradição e tradução, o que particularmente entende-se como positivo para a humanidade, visto que fundamentalismos, nacionalismos exacerbados, ortodoxias religiosas e princípios de pureza racial ainda ameaçam os indivíduos e assombram a formatação deste novo século.

Fica evidente, assim, que os sujeitos diáspóricos constituem sujeitos traduzidos, pois são ‘revistos’, ‘reformulados’, ‘re-identificados’ com base nas constantes dispersões que sofrem. Todavia, quanto mais híbrido for o indivíduo, mais traduzida será sua especificidade. Salman Rushdie *apud* Hall (2004, p. 89) observa a etimologia da palavra ‘tradução’, oriunda do latim com o significado de ‘transferir’ ou ‘transportar entre fronteiras’, descrição que se adequa aos indivíduos traduzidos, como o próprio Rushdie e também Hall, por exemplo; sujeitos migrantes pós-coloniais, escritores diáspóricos, que ‘pertencem’ a dois mundos ao mesmo tempo. Ambos deixam suas marcas nesses mundos e deles agregam influências. Por fim, ao defender sua obra, *Versos Satânicos*, Rushdie *apud* Hall (op. cit., p. 92) defende sua postura em favor da hibridação:

O livro *Versos Satânicos* celebra o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação, que vêm de novas e inesperadas combinações de seres humanos, culturas, idéias, políticas, filmes, músicas. O livro alegra-se com os cruzamentos e teme o absolutismo do Puro. [...] É uma canção de amor para nossos cruzados eus.

Desses ‘cruzados eus’ foram se solidificando os estudos da tradução literária que, ao longo dos

séculos, conquista um espaço digno de trabalho, discussão e propagação visceral para o crescimento da literatura e de tantas outras artes em nível global, visto que muitas nações se formaram e se propagaram pelo estudo de milhares de textos traduzidos até atingirem a soberania de sua língua oficial e de todas as outras áreas da ciência naquele idioma. A tradução literária é ainda hoje e sempre o será de suma importância para a propagação do conhecimento em nível mundial. Tal fator se torna ainda mais singular na era da globalização. Sendo assim, a tradução literária continua a tecer sua própria história, não somente em rumo à independência acadêmica, como outrora, mas também como campo do conhecimento que serve eximamente de interface às mais longínquas e diversas nacionalidades, etnias e saberes.

Referências

ARROJO, R. *Oficina de Tradução*. São Paulo: Ática, 1986.
BAKER, M. Lingüística e estudos culturais: paradigmas

complementares ou antagônicos nos estudos da tradução?
In: MARTINS, M. (Org.). Tradução e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 15-35.
BASSNETT, S. *Translation studies*. London: Methuen, 1980.
DELISLE, J.; WOODSWORTH, J. *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1995.
HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva Guaracira Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
MILTON, J. *O poder da tradução*. São Paulo: Ars Poética, 1993.
VENUTI, L. *Escândalos da Tradução*. São Paulo: Edusc, 2002.
WYLER, L. Uma perspectiva multidisciplinar da tradução no Brasil. *In: MARTINS, M. (Org.). Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 96-105.

Received on March 26, 2007.

Accepted on May 30, 2007.